



ARTIGO GERADO AUTOMATICAMENTE PARA O DIRETÓRIO WZZM COMO BASE DE ARTIGO DE ENSAIO → ARTIGO CIENTIFICO “O QUE É SAÚDE MENTAL”

As licenças Creative Commons oferecem uma maneira flexível para os criadores de conteúdo compartilharem seu trabalho, mantendo alguns direitos autorais. Em vez de um "todos os direitos reservados" padrão, o Creative Commons permite escolher quais permissões você concede ao público.

As regras fundamentais das licenças Creative Commons giram em torno de quatro condições principais, que podem ser combinadas para formar seis licenças diferentes:

Condições:

- **Atribuição (BY):** Esta é a condição mais fundamental e está presente em todas as licenças Creative Commons (exceto a CC0). Ela exige que qualquer pessoa que use, distribua ou modifique a obra dê crédito ao criador original. A atribuição deve ser feita da maneira especificada pelo licenciador.
- **Compartilhamento Igual (SA):** Se você permite que outros remixem, adaptem ou criem a partir da sua obra, essa condição exige que eles licenciem suas novas criações sob os mesmos termos da sua licença original. Isso garante que as obras derivadas permaneçam tão abertas quanto a original.
- **Não Comercial (NC):** Esta condição permite que outros copiem, distribuam, exibam e executem a obra (e obras derivadas dela) apenas para fins não comerciais. O uso comercial geralmente é definido como aquele primariamente destinado ou direcionado à vantagem comercial ou compensação monetária.
- **Sem Derivações (ND):** Esta condição permite que outros copiem, distribuam, exibam e executem apenas cópias exatas da obra, sem permitir a criação de trabalhos derivados ou adaptações.

As Seis Licenças Creative Commons:

Combinando essas quatro condições, surgem as seguintes seis licenças principais:

1. **Atribuição (CC BY):** Permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir da sua obra, mesmo para fins comerciais, desde que lhe deem crédito. É a licença mais aberta oferecida.
2. **Atribuição-Compartilhamento Igual (CC BY-SA):** Permite que outros remixem, adaptem e criem a partir da sua obra para quaisquer fins (inclusive comerciais), desde que lhe deem crédito e licenciem suas novas criações sob os mesmos termos.
3. **Atribuição-NãoComercial (CC BY-NC):** Permite que outros remixem, adaptem e criem a partir da sua obra para fins não comerciais, e embora suas novas obras também devam reconhecê-lo, eles não precisam licenciá-las sob os mesmos termos.
4. **Atribuição-NãoComercial-Compartilhamento Igual (CC BY-NC-SA):** Permite que outros remixem, adaptem e criem a partir da sua obra para fins não comerciais, desde que lhe deem crédito e licenciem suas novas criações sob os mesmos termos.
5. **Atribuição-SemDerivações (CC BY-ND):** Permite que outros copiem, distribuam e usem a obra apenas em sua forma original, para fins comerciais ou não, desde que lhe deem crédito. Não são permitidas derivações ou adaptações.
6. **Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND):** É a licença mais restritiva. Permite que outros copiem e distribuam apenas cópias exatas da obra para fins não comerciais, desde que lhe deem crédito. Nenhuma derivação ou uso comercial é permitido.

Regras Gerais ao Usar Obras Licenciadas sob Creative Commons:

- **Você deve sempre dar crédito ao criador (Atribuição - BY).** A forma como o crédito deve ser dado pode variar, mas geralmente inclui o nome do autor, o título da obra, a licença e, se possível, um link para a obra original.
- **Observe as condições específicas da licença.** Dependendo da licença escolhida pelo criador, você pode ter restrições quanto ao uso comercial (NC) ou à criação de obras derivadas (ND).
- **Se você criar uma obra derivada e a licença incluir a condição "Compartilhamento Igual" (SA), você deverá licenciar sua nova obra sob os mesmos termos da licença original.**
- **As licenças Creative Commons são irrevogáveis.** Uma vez que uma obra é licenciada sob uma licença CC, essa licença se aplica à obra durante a vigência dos direitos autorais.

É crucial verificar a licença específica de cada obra que você pretende usar para garantir que você esteja seguindo os termos corretos. Os criadores geralmente indicam a licença Creative Commons anexando um ícone e um link para a página da licença em seu trabalho.

Creative Commons (CC) is an international nonprofit organization dedicated to helping build and sustain a thriving commons of shared knowledge and culture. Together with an extensive member network and multiple partners, we build capacity, we develop practical solutions, and we advocate for better open sharing of knowledge and culture that serves the public interest. As part of this work, we help overcome legal obstacles to the sharing of knowledge and creativity to address the world's most pressing challenges.

In order to achieve our mission, we:

- Provide [CC licenses](#) and [public domain tools](#) that give every person and organization in the world a free, simple, and standardized way to grant copyright permissions for creative and academic works; ensure proper attribution; and enable others to copy, distribute, and make use of those works
- Work closely with major institutions and governments to create, adopt and implement open licensing and ensure the correct use of CC licenses and CC-licensed content
- Support the [CC Global Network](#), a community initiative working to increase the volume, breadth, and quality of openly available knowledge worldwide
- Offer the [CC Certificate](#), an in-depth course for people interested in becoming experts in creating and engaging with openly licensed works
- Run the [CC Open Culture Program](#), to support the development of a thriving open culture ecosystem among cultural heritage institutions and their users
- Run the [CC Open Education Program](#), to ensure publicly funded knowledge (educational resources, research and data) is open and freely available for everyone to learn, discover and contribute
- Run the [Openly Licensed Preprint](#) project to increase the adoption of CC-BY on preprints to facilitate greater dissemination and reuse of research.
- Lead the [Open Climate Data](#) project to facilitate the opening and sharing of climate datasets and data models as a step toward addressing climate change
- Produce [CC Global Summit](#), an event that brings together an international group of educators, artists, technologists, legal experts, and activists to promote the power of open licensing and global access.
- Support CC Platforms for global communities working on [open education](#), [open culture](#), and [copyright policy](#).

CREATIVE COMMONS. What We Do. Disponível em: <<https://creativecommons.org/about/>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

Regras Gerais das Licenças Creative Commons:

1. **Flexibilidade dentro do Direito Autoral:** As licenças Creative Commons (CC) são ferramentas legais que permitem aos criadores de obras protegidas por direitos autorais definir como seu trabalho pode ser usado por outros. Elas não substituem o direito autoral, mas oferecem uma forma padronizada de conceder permissões de uso antecipadamente.
2. **Compartilhamento com Condições:** As licenças CC permitem o compartilhamento e a reutilização de obras sob certas condições escolhidas pelo criador. Essas condições são representadas por ícones e termos fáceis de entender.
3. **Atribuição Obrigatória (BY):** Todas as licenças Creative Commons exigem que o criador original seja creditado (Atribuição - BY). A forma de atribuição deve ser razoável e não sugerir que o criador endossa o uso da obra.
4. **Elementos Modulares:** As licenças CC são construídas com base em quatro elementos principais que podem ser combinados :
 - o **Atribuição (BY):** Crédito ao criador.
 - o **Não Comercial (NC):** Uso permitido apenas para fins não comerciais. Uso comercial é aquele primariamente destinado à vantagem comercial ou compensação monetária.
 - o **Sem Derivações (ND):** Permite apenas a cópia e distribuição da obra original, sem modificações ou adaptações.
 - o **Compartilhar Igual (SA):** Se a obra for modificada ou adaptada, a nova obra deve ser licenciada sob os mesmos termos da licença original.

Os Seis Tipos Principais de Licenças Creative Commons (excluindo CC0):

1. **CC BY (Atribuição):** Permite qualquer uso, incluindo comercial, desde que o crédito seja dado ao criador. É a mais permissiva das licenças.
2. **CC BY-SA (Atribuição-Compartilhar Igual):** Permite qualquer uso, incluindo comercial, desde que o crédito seja dado e as obras derivadas sejam licenciadas sob os mesmos termos. É comparada a licenças "copyleft".
3. **CC BY-NC (Atribuição-NãoComercial):** Permite remixar, adaptar e criar a partir da obra para fins não comerciais, com crédito ao criador. Usos comerciais exigem permissão.
4. **CC BY-NC-SA (Atribuição-NãoComercial-Compartilhar Igual):** Permite remixar, adaptar e criar a partir da obra para fins não comerciais, com crédito ao criador e desde que as novas obras sejam licenciadas sob os mesmos termos.
5. **CC BY-ND (Atribuição-SemDerivações):** Permite a redistribuição para fins comerciais ou não, desde que a obra permaneça inalterada e com crédito ao criador. Não permite derivações.
6. **CC BY-NC-ND (Atribuição-NãoComercial-SemDerivações):** A mais restritiva, permite apenas o download e compartilhamento da obra original para fins não comerciais, com crédito ao criador e sem alterações.

Outras Designações:

- **CC0 (Creative Commons Zero):** Permite que os criadores dediquem suas obras ao domínio público, renunciando a todos os direitos autorais e permitindo o uso livre para qualquer finalidade, sem condições. Não requer atribuição, embora seja uma boa prática.
- **Domínio Público:** Obras que não estão sujeitas a direitos autorais, permitindo uso livre sem restrições.

Pontos Importantes:

- As licenças Creative Commons são irrevogáveis. Uma vez aplicada, a licença permanece válida enquanto a obra estiver protegida por direitos autorais.
- O licenciador deve possuir ou controlar os direitos autorais da obra para aplicar uma licença CC.
- As licenças CC não afetam as exceções e limitações ao direito autoral, como o uso justo.
- A atribuição deve incluir o nome do criador, título da obra (se fornecido), a licença CC e um link para a licença, além de indicar se foram feitas alterações.
- A escolha da licença depende dos objetivos do criador em relação ao compartilhamento e uso de sua obra.

A BANALIZAÇÃO DA SAÚDE MENTAL E A LUTA ANTIMANICOMIAL

RESUMO:

A banalização da saúde mental está como normalizada na nossa sociedade e isso, nos casos de fatos pessoais alheios (não descritos ou definidos) que poderiam ajudar quem está nestes problemas. Sendo assim, a farmacoterapia pode ajudar, mas mantê-la até o fim, isso poderia custar vidas? Não deveríamos ter uma abordagem diferente? A terapia eletroconvulsiva deveria ser de primeira opção ou segunda? Será que vai existir uma segunda, terceira ou quarta opção? A saúde está lançada sobre a sorte? A vida alheia importa?

ABSTRACT

The trivialization of mental health is normalized in our society, and this is true in cases of personal events (not described or defined) that could help those with these problems. Therefore, pharmacotherapy can help, but could continuing it until the end cost lives? Shouldn't we take a different approach? Should electroconvulsive therapy be the first or second option? Will there be a second, third or fourth option? Is health left to chance? Do other people's lives matter?

INTRODUÇÃO

Os principais pontos são:

- **Expansão da psiquiatria medicamentosa:** Antes focada na loucura, hoje trata qualquer sofrimento psíquico com medicamentos.
- **Prescrição generalizada:** 65% dos pacientes já chegam ao serviço com receita de psicofármacos, e 99% recebem nova prescrição após consulta psiquiátrica.
- **Origem das prescrições:** Apenas 38% são feitas por psiquiatras; a maioria vem de clínicos gerais (30%) e neurologistas (20%).
- **Encaminhamentos:** 76% dos atendidos no pronto atendimento são direcionados à psiquiatria.
- **Baixa taxa de alta:** Apenas 3% dos pacientes medicados receberam alta; 47% seguem em tratamento, e 33% abandonaram.

A pesquisa critica a tendência de prescrição massiva de psicofármacos, apontando que praticamente todos os pacientes atendidos recebem medicação, independentemente da gravidade do quadro. No entanto, **não há discussão sobre outras formas de tratamento**, como intervenções psicoterapêuticas mais intensivas ou métodos biológicos alternativos.

FONTES:

FERAZZA, Daniele de Andrade et al. **A banalização da prescrição de psicofármacos em um ambulatório de saúde mental.** *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 20, n. 47, p. 285-294, dez. 2010. DOI: 10.1590/S0103-863X2010000300010.

FERREIRA, Diana Mônica Teixeira. *Percepções e atitudes sobre a terapia eletroconvulsiva antes e após visualização in loco deste procedimento.* 2021. Dissertação (Mestrado em Medicina) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2021. Disponível em: ¹. Acesso em: 8 maio 2025.

¹ <https://www.proquest.com/openview/a592b8783fd08f36a46f642e84378557>

<p>Este estudo investigou como a exposição direta à terapia eletroconvulsiva (TEC) influencia as percepções, atitudes e conhecimentos de estudantes e profissionais das áreas de medicina, psicologia e enfermagem. A maioria dos participantes baseava-se em mídias como filmes para formar suas opiniões sobre a TEC. Após observarem o procedimento ao vivo, foi registrada uma melhora significativa em quase todos os itens avaliados, indicando redução do estigma e maior aceitação da técnica. Os autores recomendam incluir a observação da TEC na formação acadêmica em saúde mental.</p>	
<p>METODOLOGIA</p>	
<p>A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório, com o objetivo de investigar os efeitos e significados da banalização da saúde mental no contexto da reforma antimanicomial brasileira. A escolha dessa abordagem justifica-se pela complexidade dos fenômenos analisados, que envolvem dimensões simbólicas, sociais, institucionais e subjetivas do sofrimento psíquico e de suas formas de cuidado.</p> <p>A investigação parte da análise crítica de documentos legais, como a Lei nº 10.216/2001, publicações do Ministério da Saúde e literatura científica relevante nas áreas de saúde mental, psiquiatria crítica e políticas públicas. Complementarmente, são utilizados estudos de caso e artigos acadêmicos que discutem práticas clínicas, medicalização excessiva e o papel dos serviços substitutivos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), no sistema público de saúde brasileiro.</p> <p>Nas últimas décadas, a saúde mental no Brasil tem sido palco de tensões entre a ampliação do acesso a cuidados e a superficialidade com que esses cuidados muitas vezes se apresentam. A reforma antimanicomial, inspirada por movimentos como o de Basaglia e consagrada na legislação brasileira com a Lei</p>	<p>BRASIL. <i>Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001</i>. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 9 abr. 2001. Disponível em:². Acesso em: 8 maio 2025.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. <i>20 anos da reforma psiquiátrica no Brasil: avanços e desafios</i>. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em:³. Acesso em: 8 maio 2025.</p> <p>FERAZZA, Daniele de Andrade et al. A banalização da prescrição de psicofármacos em um ambulatório de saúde mental. <i>Paidéia (Ribeirão Preto)</i>, Ribeirão Preto, v. 20, n. 47, p. 285-294, dez. 2010. DOI: 10.1590/S0103-863X2010000300010.</p> <p>AMARANTE, Paulo. <i>Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil</i>. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.</p> <p>DELGADO, Paulo Amarante. A psiquiatria e seus objetos: a medicalização da vida. <i>Revista Ciência & Saúde Coletiva</i>, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 153-161, jan. 2009. DOI: 10.1590/S1413-81232009000100022.</p>

² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm

³ <https://bvsms.saude.gov.br/20-anos-da-reforma-psiquiatrica-no-brasil-18-5-dia-nacional-da-luta-antimanicomial>

<p>10.216/2001, propõe a substituição do modelo hospitalocêntrico por uma rede de atenção psicossocial centrada na autonomia e dignidade do sujeito. No entanto, essa proposta esbarra na crescente banalização do sofrimento psíquico, traduzido em medicalização excessiva, diagnósticos precoces e intervenções pouco personalizadas. O uso indiscriminado de psicofármacos, frequentemente sem o devido acompanhamento psicoterapêutico, acaba por instaurar uma nova forma de exclusão: não mais pelo enclausuramento em manicômios, mas pela alienação do sujeito em tratamentos que apagam sua subjetividade. Assim, investigar alternativas clínicas — como a terapia eletroconvulsiva (TEC), livre de estigmas e preconceitos — torna-se urgente, principalmente em contextos de sofrimento grave e resistente, onde a eficácia terapêutica não pode ser reduzida ao uso contínuo de medicamentos padronizados.</p>	
<p>CONCLUSÃO</p>	
<p>A presente investigação revela que a banalização da saúde mental no Brasil está profundamente associada a um modelo biomédico que, embora reformulado pela legislação e pelas diretrizes da reforma psiquiátrica, ainda se mantém dominante nas práticas clínicas cotidianas. O uso indiscriminado de psicofármacos, com altas taxas de prescrição e baixa taxa de alta, evidencia um cuidado fragmentado, centrado na medicalização do sofrimento psíquico, muitas vezes sem escuta qualificada ou alternativas terapêuticas mais humanizadas.</p> <p>Esse cenário contradiz os princípios centrais da luta antimanicomial, que busca substituir o modelo asilar por uma rede de atenção psicossocial centrada na singularidade do sujeito e no cuidado em liberdade. A medicalização excessiva, ao contrário, cria uma nova forma de exclusão: não mais pelo confinamento físico, mas pela alienação subjetiva promovida por tratamentos padronizados e despersonalizados.</p> <p>Ao mesmo tempo, a análise aponta para a urgência de resgatar e fortalecer práticas clínicas mais integradas, como o uso consciente e contextualizado da Terapia Eletroconvulsiva (TEC), livre dos estigmas perpetuados por representações midiáticas distorcidas. A TEC, quando utilizada de forma ética e bem informada, pode representar uma alternativa terapêutica eficaz em casos graves, devendo ser considerada dentro de uma proposta ampliada de cuidado, e não como um recurso marginalizado.</p> <p>Portanto, a pesquisa conclui que a banalização da saúde mental não é apenas uma consequência do avanço da psiquiatria medicamentosa, mas também um sintoma da fragilidade da implementação plena da reforma antimanicomial. Reverter esse quadro exige investimento em formação crítica de profissionais, fortalecimento dos serviços substitutivos, revisão das práticas de prescrição e, acima de tudo, escuta e valorização da experiência subjetiva de quem sofre.</p>	

